



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO QUINZE

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação da acta da sessão anterior;**
- 2. Período de antes da ordem do Dia:**
- 3. Período da Ordem do Dia:**
 - 3.1 Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas do ano 2003 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.**
 - 3.2 Proposta da Câmara sobre a Taxa Municipal de direitos de passagem devida pelas Empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público.**
- 4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos e aos munícipes presentes nesta Assembleia.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados: Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro, João Lucas Leitão, Umberto Massano Leitão, António Lívio Martins Roque, Germano da Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, João Clara de Assunção, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados José Fernando Carona Leitão e Germano de Jesus Mamede Cleto.

Estando na sala duas turmas de alunos do 4º ano do 1º Ciclo de Manteigas, o Senhor Presidente da Assembleia, perguntou aos Senhores Deputados se podiam os alunos colocar algumas questões, uma vez que estavam a dar uma matéria sobre os Órgãos Autárquicos. Para tanto foi posta à votação uma proposta de alteração da ordem de trabalhos, para que as crianças pudessem colocar as suas questões, nesta fase da Assembleia. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. Foram então colocadas as seguintes questões:

- 1- A Assembleia Municipal fiscaliza a Câmara Municipal?
- 2- No trabalho de fiscalização à Câmara é normal encontrarem algo de anormal?
- 3- Têm assento na Assembleia Municipal os presidentes das Juntas de Freguesia?
- 4- Porque é que o orçamento Municipal é importante?
- 5- Como se elege o Presidente da Assembleia Municipal?
- 6- O que fazem nas reuniões da Assembleia Municipal?

No seguimento destas questões, o Senhor Presidente da Assembleia respondeu à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

primeira questão, dizendo que “é uma função deste órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, fiscalizar a Câmara e com certeza dar-lhe indicações para aquilo que lhe é proposto também pelos munícipes”.

Para as restantes perguntas foram convidados também a responder os Senhores Deputados.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, respondeu à segunda questão:

"Normal não será, que nós encontremos alguma coisa que esteja menos correcta. Isto porque, se parte do princípio de que o órgão executivo, a Câmara Municipal, em todas atitudes e decisões que toma, deve pautar a sua conduta, isto é, deve agir de acordo com os princípios e com as leis que estão estabelecidas. Pode eventualmente às vezes por esquecimento, negligência ou porque estão distraídos fazerem alguma coisa que esteja menos bem, por isso nós estamos aqui para lhes dizer e para corrigir".

Na terceira pergunta é pedido aos Senhores Presidentes da Junta para responderem. Quem o fez foi o Senhor Presidente da Junta de Sameiro:

"Pelo que decorre da Lei, todos os Presidentes de Junta de Freguesia, têm assento na Assembleia Municipal". Acrescentou ainda que, não concordava “que estejamos misturados, subjugados a outro poder, mas que no entanto é uma obrigatoriedade imposta por lei”.

Um ponto de vista diferente teve a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que interveio para dizer que:

"Este senhor é Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e na perspectiva dele, ele acha que os Presidentes da Junta de Freguesia não deviam ter assento, não deveriam aqui estar. Eu discordo profundamente dele, porque além de ser uma obrigação legal, a lei diz que os Presidentes de Junta de Freguesia por inerência fazem parte da Assembleia Municipal, pois na minha opinião esta lei existe porque apesar de na estrutura dos Municípios existirem três órgãos que são: a Câmara Municipal, que é quem executa e que decide o que se deve fazer no Concelho, a Assembleia Municipal, que somos nós que vamos analisar os trabalhos e aquilo que a Câmara fez, de bem ou de mal e há Juntas de Freguesia que são um poder paralelo que não estão subordinados a ninguém, independentes. Do meu ponto de vista eu acho que eles devem cá estar e se a lei os manda cá estar, é porque quer que tenham uma visão global e do conjunto de tudo o que se passa na nossa terra, eu acho que eles devem cá estar."

Para responder à próxima questão foi chamado o Senhor Deputado José Manuel Novo Matos.

Começou por perguntar se sabiam o que era o orçamento e começou a explicar:

"O Orçamento é assim, para se fazer uma obra é necessário depois ter dinheiro não é? As Câmaras e o Governo dão dinheiro para gastar, que é distribuído pelo país. E aqui a Câmara de Manteigas, o Município também tem dinheiro e por isso se não tivéssemos dinheiro não nos desenvolvíamos, ficávamos sempre na mesma e pelo menos a nível público, não haveria desenvolvimento, é portanto muito importante o orçamento que quer dizer isso mesmo: a listagem de coisas, o que se quer comprar, fazer e construir, modificar, o dinheiro que há para fazer isso e é só com base nisso e por haver esse orçamento, esse tal dinheiro que se vai gastar nessas coisas que se querem fazer, é que depois a Câmara pode trabalhar porque se não tivesse dinheiro não podia fazer nada e esse orçamento é muito difícil de se obter porque às vezes o dinheiro durante anos, quatro anos é sempre o mesmo mas as coisas que temos que fazer são sempre diferentes. Aqui a Assembleia, também deve discutir se o que a Câmara quer fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

com aquele dinheiro, é o mais correcto para desenvolver Manteigas. Por isso é que é fundamental discutirmos o orçamento".

Como complemento à explicação do que é o orçamento, interveio a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão e comparou o orçamento, com a mesada que cada um recebe. Consoante o dinheiro que recebem, assim o têm que administrar sabendo o que vão fazer com ele.

Em resposta à pergunta "Como se elege o Presidente da Assembleia Municipal?", explicou o Senhor Presidente da Assembleia e a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão que, como todos devem saber todos os órgãos autárquicos são eleitos de quatro em quatro anos, ou seja, a Câmara, a Assembleia e as Freguesias são postas a sufrágio da população e o Presidente da Assembleia, é a pessoa que tiver sido eleita para fazer parte desse órgão e que depois venha a ser designada numa primeira reunião dessa mesma Assembleia, por todos aqueles que foram eleitos para dela fazerem parte.

Acrescentou ainda a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos, para explicar que, todos os que aqui estamos representamos as três forças políticas que é o PSD que é quem teve mais votos nas eleições autárquicas, a seguir está o Partido Socialista que teve menos votos, e a bancada da CDU que teve menos votos ainda.(é feita uma descrição das competências do Presidente e dos Secretários). A eleição é o seguinte: vamos supor que estamos aqui todos, eu candidatava-me, como noutra eleição, e ia concorrer com outro, ía-mos a votos e como o Senhor José Abrantes Serra teve mais votos foi ele que ganhou a Presidência da Assembleia Municipal. É mais ao menos como vocês quando elegem o delegado de turma.

Na última pergunta é dada a seguinte explicação pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos:

"Na prática o que se faz é discutir os assuntos, chama-se ordem de trabalhos, é um programa com vários pontos, vários números em que cada número diz o que é que se tem que discutir, por exemplo os documentos para prestação de contas e toda a gente vai mexer naquilo, cada partido discute o assunto e os assuntos que são agendados. Há uma agenda com um programa como se fosse um sumário da escola e então discute-se isso tudo. Habitualmente há um porta-voz para cada partido que fala e discute com os outros os assuntos tratados e que geralmente têm a ver com a Câmara, o que está a fazer, e o que é melhor para Manteigas"

Depois das respostas às questões colocadas seguiram-se os agradecimentos, por parte dos alunos.

Aprovação da acta da sessão anterior.

No seguimento da reunião foi então anunciada pelo senhor Presidente da Assembleia a ordem de trabalhos, e começou-se por propor a aprovação da acta da reunião anterior.

Houve intervenções em relação à acta, nomeadamente do Senhor Deputado José Manuel Novo Matos que chamou para a atenção de um erro ortográfico que detectou e acrescentou que tinha pedido, para ser agendado para a próxima reunião um debate sobre as questões das novas ideias de reorganização do território. Referiu ainda que achou a respectiva acta demasiado sintética.

Essa síntese foi justificada, alegando o mau estado da gravação, que tornou difícil a redacção da respectiva acta. Também a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão interveio para dizer que a acta apesar de estar sintética tem uma redacção relativamente cuidada e contem omissões do seu ponto de vista essenciais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi a acta posta a votação, tendo sido aprovada com os seguintes votos: contra 7 (sete); favor 11 (onze) e 1 abstenção;

Foi apresentada pelos Senhores Deputados do Partido Socialista a seguinte declaração de voto:

"Não aprovamos a acta da reunião de 27/02/04 justificando a não aprovação nos termos do nº 1 do artº 28 do CPA com a seguinte declaração de voto:

Violação do nº 1 do artº 27 do CPA, e do artº 92, nº 1 da Lei 5A/2002. " Não relata tudo o que nela ocorreu e omite o que de essencial se passou..."

Para dissipar dúvidas quanto à interpretação daqueles preceitos legais, transcrevo um excerto da revista "O Direito" T XXIV, pg. 28 e da revista de D. Autárquico nº 3/92, a pág. 106.

..."Os órgãos autárquicos, não podem deliberar nem decidir quais os factos que devem ser lançados nas suas actas, porque estas têm de mencionar tudo o que ocorrer durante as sessões, podendo apenas aprovar ou rejeitar a sua redacção segundo ou não conforme ao que se passou..."

A acta em questão, não traduz na sua elaboração um resumo conciso e fiel de tudo o que se passou na reunião respectiva, pondo em causa o seu conhecimento correcto, a todos os que nela estiverem interessados:

Omite:

As questões colocadas no requerimento dirigido ao Presidente da A.M., apresentadas pelo P.S. que acham da maior pertinência; e que foram:

1- Dados contabilísticos e de gestão relativos ao contrato de concessão da exploração da Pista de Ski-Sintética- Relva da Reboleira. (O contrato de concessão consagra à C.M. o direito de exercer fiscalização sobre a mesma).

2- Os elementos de gestão da Fundação Escola Gest.

3- O relatório definitivo (se já tiver sido elaborado e enviado à autarquia) da acção tutelar executada sobre a actividade dos órgãos e dos serviços municipais, ocorrida em 2003.

4- Explicitação das diligências efectuadas sobre a tentativa de apropriação de bens do domínio (supostamente) privado da autarquia no denominado "Pinhal de São Sebastião) designadamente o destino dado aos pinheiros cortados na dita mata por um particular nos primeiros meses do ano transacto.

5- " Os dados referentes aos beneficiários dos regulamentos PERID e de Pintura de Fachadas".

- As respostas fornecidas pelo executivo municipal, constam da acta de forma dispersa e incoerente.

- Quanto à primeira - Questão - "Pista de Ski", na pág. 162, 1º parágrafo, refere "não vê nenhuma cláusula que diga que a Pista irá funcionar em regime experimental". Tal afirmação só é inteligível, se da acta constar a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto a essa questão, tendo afirmado peremptoriamente: " Não há dados contabilísticos referentes ao exercício de exploração da Pista de Ski, referente a 2002, já que a mesma funcionou em período experimental". E não se diga que isto não foi verbalmente afirmado, pois também o foi por escrito: Ao que a deputada Irene Paixão, referiu que nenhuma actividade pode ser exercida em regime experimental, tanto mais que o contrato de concessão não prevê essa situação, e havendo exploração por parte de uma empresa tem sempre de haver dados contabilísticos, mormente para efeitos fiscais.

- 2. Quanto à Fundação Escola Gest, para além da perplexidade que demonstrou pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

facto de o processo de constituição da mesma não estar concluído, mais perplexa ficou com os factos relatados na Certificação Legal de Contas da mesma, referentes ao exercício de 2002, efectuada pela Sociedade de Revisores de Contas "Cruz Martins e Pêga Magro", que refere na pág. 2:

- Não foi concluído o processo de legalização da Fundação.
- Continua por realizar parte do Fundo inicial em dinheiro (24.940 €).
- As contas da Escola evidenciam uma dívida perante a Câmara Municipal de 107.299 euros.

- O Sr. Presidente respondeu quanto à dívida que se trataria de um lapso e a escola nada devia à Câmara Municipal de Manteigas. Quanto às outras questões que lhe foram colocadas deambulou e disse "nada".

- Quanto ao relatório definitivo da acção inspectiva disse nada.

- Quanto ao ponto 4. relativo ao Pinhal de São Sebastião, respondido pelo Vereador José Pinheiro, o que consta da acta em relação ao explicado pelo Sr. Vereador José, é grosso modo o que se passou. Ele não explicou nada, para além da informação por escrito, que foi contestada ponto por ponto pela Dep. Irene Leitão, contestação essa que é completamente eliminada, até a de maior relevância, que é a exibição de certidão predial, extraída em 26/02/04 junto da Conservatória do Reg. Predial de Manteigas com a descrição 14, da freguesia de São Pedro, que titula aquisição a favor da C.M.M. de 1 Pinhal em São Sebastião, com a área de 22224 m².

Face a isto, limitou-se a responder que aquele pinhal não era da C.M. ao que a Vereadora perguntou, se não era aquele que dissesse então qual era e onde se situava tal propriedade da Câmara Municipal.

- Quanto ao ponto 5, apenas foi remetida listagem dos beneficiários dos programas referidos, não tendo sido disponibilizados os dados reais para atribuir desse dinheiro".

Antes de se passar ao segundo ponto da Ordem de trabalhos, foi questionada a Assembleia pelo Sr. Presidente, se alguém se opunha a que os Municípes presentes na sala de Reuniões, pudessem usar neste momento da palavra. Perante esta proposta ninguém se opôs.

Usou então da palavra o Sr. José Martins Coelho, para referir que encontrou uma mini sucata ao pé de sua casa, pois já há cerca de 4 anos que estão à sua porta, televisões e frigoríficos velhos, num estado de total deterioração.

Foi-lhe então comunicado que desde já, se iria dar conhecimento à Câmara Municipal de tal facto, para que a situação seja de imediato resolvida, a fim de se retirarem daquele local aqueles objectos poluentes.

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para se referir ao comunicado que a C.D.U. distribuiu à população, dizendo que vão continuar na luta pelo baixar do preço da água.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso faz a seguinte questão: "Porque é que a deliberação aprovada por unanimidade por esta Assembleia, ainda não obteve resposta da Câmara Municipal?". Indicou ainda que se referia à recomendação aprovada pela Assembleia Municipal e enviada ao Executivo.

Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas do ano 2003 e Aplicação dos Resultados Líquido do Exercício.

A primeira dúvida foi levantada pela Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos que lamentou a forma dispersa como enviaram os respectivos documentos e pediu que a esclarecessem em relação a uma execução que consta no PPI cujo cabeçalho tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

escrito Unidade 10. Na página 4 desse documento onde diz Funções Sociais, na rubrica 2.4.2 que fala num Silo-Auto, mais Edifício, mais Mostra Gastronómica, foram executados este ano 120,000.00 €, estão previstos para os anos seguintes 626,555.00 € no total de 746,555.00 €. A questão é, como se conciliam três temas que não têm nada em comum e se os referidos projectos custam isto.

A justificação é que este edifício teve três levantamentos, porque tanto o primeiro como o segundo levantamento estavam errados e por conseguinte tiveram que ser refeitos .

A Sra. deputada Irene Paixão coloca a seguinte questão:” foram responsabilizados civilmente pelos danos causados à Câmara Municipal os responsáveis por esses levantamentos errados e será que o Executivo diligenciou nesse sentido?”

A resposta é que houve que reconverter todo o processo, mas que tudo isso não passavam de migalhas em relação a todo o processo e que está dentro dos valores de mercado, só que houve atrasos no processo.

Outra questão ainda colocada pela Senhora Deputada Irene Paixão foi em termos contabilísticos; se o resultado de exercício é mesmo o resultado de exercício líquido equivalente ao que se verifica numa empresa privada ou se eventualmente é alguma verba de que a Autarquia já dispõe e que já tem obra onde a possa votar?

Foi esclarecido que, o resultado Líquido tem que ver com as disponibilidades financeiras não só com a tesouraria mas também com as amortizações. O resultado líquido é uma verba que existe contabilisticamente.

De seguida passou-se a tratar dos créditos do III Quadro Comunitário de Apoio e que têm que ver principalmente com a criação do jardim de infância de São Pedro; ao asfaltamento no Poço do Inferno; à recuperação do Campo de Futebol; ao arranjo do Mercado de Manteigas; à mostra gastronómica de Sameiro; ao arranjo urbanístico de Vale de Amoreira; ao Centro de Dia de Sameiro; ao caminho da Regadas; à sinalização luminosa automática; à açude nova de Sameiro; ao abastecimento de águas e águas residuais; à reforma administrativa; à remodelação das instalações do edifício da Câmara Municipal e envolvente; ao Arquivo Municipal: à escadaria das cantinas e ao desenvolvimento da rede social e ao Espaço InterNet. Isto somado, com lista actualizada perfaz o total de 1,587.955.00 €. Há referencia de receitas correntes que foram utilizadas em receitas de capital.

Foi questionado, qual o estudo económico e de viabilidade do campo de Golf, que consumiu a respectiva verba?

Foi solicitado pela Senhora Deputada junto da Autarquia, o referido estudo de viabilidade económica do projecto.

Quis ainda saber se havia relatórios de custos e proveitos do programa “Manteigas em Movimento ” para que fosse explicado, onde foram consumidos 181,108.00 €, que dessem visibilidade a esse investimento, pois além do mais ainda se prevê uma nova verba para o próximo ano.

Foi colocada outra questão para se saber quem foi, que beneficiou com o investimento das verbas na sinalização luminosa.

- Os investimentos efectuados na protecção civil são cofinanciados em 80% e como são zonas com travessia directa e perigosa que justificam o investimento e que de resto são da responsabilidade da Protecção Civil.

Defendeu que havia soluções alternativas como as bandas de desaceleração que seria a solução mais correcta para os lugares mencionados e para a Rua 1º de Maio.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado respondeu dizendo que normalmente os membros da Protecção Civil têm relatórios com as estatísticas dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acidentes de viação ocorridos nesses pontos e se são por atropelamento, se são por colisão de veículos, qual é o grau de gravidade das vítimas desses acidentes e é esse conjunto que vai determinar certas opções de protecção para os cidadãos.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos acrescentou ainda que na opinião dele não há necessidade nenhuma, antes pelo contrário, é uma medida de desinteligência política pura estar a colocar semáforos numa paisagem destas, numa vila com características de montanha.

Falou também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que no princípio também não via com bons olhos a colocação dos semáforos, mas que agora os aceitou e acha que são um bom meio de prevenção de acidentes rodoviários.

Acrescentou ainda a Senhora Deputada Irene Paixão, que com o sol, perdem o efeito os sinais luminosos devido à falta de visibilidade da cor. Prosseguindo, pediu ainda que a esclarecessem sobre a relva da Reboleira; pois continuava ainda a sugar investimento da Autarquia e gostava de saber porquê?

Depois há ainda uma verba na página 10 que acha excessiva que foi consumida em seminários e conferências em Manteigas, gostava de saber quantas se realizaram?

- Estava previsto esse montante porque as contas não estavam ainda fechadas e estavam a prever que passassem para este ano, coisa que não aconteceu uma vez que foram todas liquidadas no final do ano.

As outras verbas acabaram por ser integradas no programa “Manteigas em movimento”.

Falou sobre o inventário do património de Manteigas, aparece apenas um bem imóvel que é a sede da Liga dos Combatentes e quero saber se Manteigas não tem mais imóveis e inventários.

Referiu ainda que, em relação aos subsídios, os montantes apresentam uma certa discrepância em relação a algumas associações e de certo modo isto também é estranho porque neste conjunto de entidades financiadas pela autarquia há algumas que face à prestação têm subsídios muito altos, nomeadamente a Associação Desportiva de Manteigas com uma verba elevada, uma vez que esta associação utiliza uma carrinha para ir buscar jogadores de Gouveia e acha estranho que a Associação vá pagar a jogadores que vai buscar a Gouveia deixando de fora os de Manteigas. Adiantou ainda que, com o caso Apito Dourado a decorrer há que ter algum cuidado por parte do Sr. Presidente...

Outras dúvidas que surgem à Sra. Deputada Irene Paixão, são as transferências de capital, porque é que a fábrica da Igreja de Sameiro levou uma verba de 90,311.00 €.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que, antes de mais tinha a dizer que não gostou das insinuações feitas e por tanto nesta matéria não nos podemos dirigir assim a outrém, e lamentava que este assunto venha assim a lume. Estamos aqui a expor o Executivo e confundi-lo com o apito dourado; o que não pode ser, insinuando faltas de honestidade, concluindo por dizer que “Até parece que o resto das pessoas não estiveram presentes e não assistiram ao orçamento”.

Pede a palavra o Senhor Deputado João Clara de Assunção para perguntar em que fase estão as acções previstas na acta nº 22 de 2002 e que foram anunciadas?

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que a maioria dessas acções foram quase todas elas efectuadas, embora existam algumas que não foram realizadas nomeadamente; o alargamento da Rua de Entre-Hortas, isto porque não valia a pena arrancar com as obras sem garantias absolutas, que tinham que ver com o novo Centro de Saúde. Outra das obras é a da Tipografia que não foi realizada no ano passado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mas será efectuado este ano, isto porque se trata de um processo bastante burocrático. Também não foi realizada a obra de cobertura da Caixa Agrícola, com a implantação de um quiosque, por causa das dificuldades nas acessibilidades; também as obras de reconstrução da Casa da Fraga não avançaram como era desejável. Todas as outras acções estão a ser negociadas e as candidaturas aprovadas.

Relativamente às obras do futuro Centro de Saúde gostaria que me esclarecessem melhor; como por exemplo se vai ter internamento ou não?

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o projecto está na Câmara Municipal, esteve connosco a Delegação da Sub-Região de Saúde da Guarda que nos disse que o projecto da obra está em fase de consignação, aguarda visto do Tribunal de Contas e é suposto que em Junho entre em obras, depois, é fazer a transferência de equipamentos, e elaborar um acordo com a Provedoria da Santa Casa da Misericórdia para lá ficarem transitoriamente instalados aquilo a que se chama hoje, Hospital de Manteigas. No Centro de Saúde de baixo vai ficar aquilo que se chama de Centro de Saúde Standard, com a parte da medicina curativa e preventiva, a clínica geral e um gabinete para o delegado de saúde, entidade sanitária, com duas zonas para homens e mulheres, espécie de S.O, com quatro camas para possível internamento. O problema será, e uma vez que a nossa população é uma população envelhecida e em casos de retorno de pessoas do Hospital Distrital, haverá um serviço de U. A. I., serviço de apoio ao internamento, que no caso de Manteigas poderá ir até 19 camas com financiamento global de intervenção na ordem de 1,000.000.00 €. Por isso era preciso uma candidatura para também arrancar com o projecto de fisioterapia em que já estão a ser dados os passos necessários, e sendo que em princípios de Junho arrancam as obras. Interveio ainda o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para salientar que, no norte do País a Santa Casa, transformou os lares de idosos em Centros de Saúde, o que no nosso caso poderia levar à transformação para uma pequena clínica, onde profissionais de Coimbra e da Guarda pudessem vir operar e com benefício certamente para Manteigas.

Postos à votação os documentos foram os mesmos aprovados com 8 votos contra; 0 abstenções e 11 votos a favor.

Foram apresentadas pelos Senhores Deputados do Partido Socialista as seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

"Por imperativo legal, são o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência da Câmara Municipal, apreciadas e votadas pela Assembleia Municipal.

Da apreciação dos referidos documentos, o Partido Socialista, representado na Assembleia Municipal de Manteigas, não pode dar o seu voto favorável, votando por isso contra, considerando:

- Último parágrafo da Introdução do Relatório de Gestão, subscrito pelo Sr. Pr. da Câmara: " A Câmara Municipal procurou, assim, durante a ano em análise, gerir, de forma integrada, os meios financeiros, materiais e humanos que teve à sua disposição". Pensamos que o executivo poderia e deveria ter garantido o que anunciou em Orçamento, onde ficaram por realizar 42% nas despesas de capital;

- Se das Receitas Correntes se ultrapassou em 11,48% o orçamento, contra 95,46% nas despesas, verificando-se uma economia de cerca de 16%, o mesmo já não se poderá dizer das Receitas e Despesas de Capital, onde se verificam menos 43,36% e 41,15%, respectivamente, revelando-se insuficiente, falta de eficácia e de investimento, perfeitamente evidentes no concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Comparativamente entre 2001 e 2003, verifica-se uma diminuição de 13%, quer nas Receitas quer nas Despesas de Capital;
- Ainda no mesmo período, 2001/2003, os Rácios de Investimento revelam diminuições de 4,65%, 12,89%, 19% e 19%, respectivamente na relação de Investimento/Despesas de Capital, Inv./Despesa Total, Inv. População e Inv. Área do Município, sendo de realçar a diminuição de 112 euros de investimento por habitante de 2001 para 2003.
- Finalmente e atendendo à não concretização de verbas oriundas do III QCA e contratos Programa teria merecido pertinência a utilização e incremento de obras com a utilização do empréstimo autorizado de 345.000,00 euros, que só não o terá sido, porque o Sr. Pr. descurou a pergunta que no dia da aprovação pela Assembleia lhe foi colocada e que retardou a aprovação pelo Tribunal de Contas".

"Votamos contra os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão com a seguinte declaração de voto:

O relatório de gestão e prestação de contas do ano de 2003, mais não é que a transcrição "ipsis verbis" dos relatórios dos anos anteriores. O deste ano, supostamente elaborado de acordo com as regras do POCAL e da Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicado no D.R. 191/2001 de 18 de Agosto, isto de acordo com o preambulo da deliberação que aprovou tais documentos. Tal só prova a inépcia, a ineficácia e o desleixo deste executivo municipal, que só após três anos parece ter-se dado conta que as regras contabilísticas terem mudado, apesar da existência desde 18/08/01, de uma resolução do Tribunal de Contas que exige que assim seja.

Passado um ano sobre a discussão de tais documentos, referentes ao anterior exercício, nesta Assembleia, os membros de executivo reconhecem que os deputados do P.S. tinham razão. De tal nos congratulamos! Mas lamentamos e protestamos o formalismo como tais documentos foram apresentados, mormente quanto se trata de assuntos que se prendem com a gestão de dinheiros públicos, presentes a pessoas sem formação na matéria.

A leitura que qualquer pessoa com razoabilidade média faria de tal apresentação só pode ser esta: - "Palha". Tanto papel à molhada desencoraja qualquer um de fazer uma leitura a isto. Contudo, fazendo-o com algum cuidado e apesar "do emaranhado", a resma de papel que contém a descrição do relatório de gestão e as contas do ano transacto, estão explícitas de forma suscinta e clara, do que foi mais um ano de gestão autárquica na informação que o Sr. Presidente da C. Municipal presta de forma escrita, aos deputados municipais em cada reunião da Assembleia Municipal. São só quatro informações anuais e cabem todas em pouco mais de quatro folhas de papel A4.

Atentamos na última, apresentada para a reunião de hoje, que aqui é dada por integralmente transcrita.

Se a compararem com as anteriores, pouco delas difere.

- O relatório de gestão resume-se a isto:

- Comemorações
- Abertura de concursos
- Apresentação de candidaturas
- Reuniões, reuniões, reuniões ...

e obras, é o que se vê... zero. zero não! O início das obras do Jardim Municipal, e que obras... Só de ferro, dizem os entendidos, dava para construir um bloco de vinte apartamentos.

Folclore, que levará o concelho de Manteigas alegremente para o abismo.

O Executivo municipal, não se tem coabido de instrumentalizar o poder autárquico, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

os meios que lhe são inerentes, para promover a imagem do Sr. Presidente da C.M.M.. Para além das imagens na revista da autarquia – Boletim Municipal – por nós já aqui referenciadas, entre outras, aparece agora ironicamente numa fotografia sua com 2 crianças no Notícias de Manteigas deste mês, num artigo com o título: “ Alunos do 1º ciclo e idosos comemoram o dia da árvore”.

Quanto aos documentos de prestação de contas, nós, como os senhores, não temos formação contabilística, para fazermos o seu apuramento com seriedade e rigor; de todo podemos afirmar, que tais critérios estiveram presentes na sua elaboração.

Por isso lançamos uma vez mais, um repto a esta Assembleia e ao executivo municipal – requeiram uma auditoria às contas do município, sob pena de terem de ser apenas os deputados do P.S. a fazê-lo”.

O Sr. Presidente da assembleia pôs então à votação os documentos de aplicação dos resultados líquido de exercício, tendo sido aprovado por unanimidade.

Foi de seguida posta à votação a proposta para aprovação por minuta da prestação de contas, a fim de produzir efeitos imediatos, tendo sido aprovada com 0 votos contra; 2 abstenções e 16 votos a favor.

Proposta da Câmara sobre a Taxa Municipal de direitos de passagem devida pelas Empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público.

O debate sobre este assunto começou com a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos que discordou completamente e que diz não ter razões sequer para vir a ser discutida em Assembleia, quando votar, certamente votará contra porque esta não é uma taxa obrigatória. E reafirma que a sua opinião é contra.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso colocou a seguinte questão:

- “Quais são as mais valias que a Câmara recebe com a aprovação desta taxa?”

O Senhor Presidente da Câmara disse que sempre se notou a falta de hábito de associativismo entre os portugueses e entre os municípios, mas como existe a Associação Nacional de Municípios onde estão representados todos os partidos políticos, e ainda o seu presidente propôs este acordo, em que a taxa não é cobrada ao munícipe, mas tem que ser paga à Câmara e não à PT. Assim e segundo julga esta operadora a partir de agora, vai ter de pagar às Câmaras Municipais que aprovem esta taxa, quando pretenda instalar os seus postes e as suas linhas. Esta taxa apenas deverá ser cobrada se for aplicada à PT e nunca ao consumidor final, porque em caso contrário nunca seria sequer pensada.

- “Mas se for essa a posição e vista desse ponto de vista, interpretando assim este assunto em que o principal beneficiário será o consumidor, volto atrás com a minha posição e em caso de votar, voto a favor”. – Disse o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos.

O que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão propõe é que a proposta que foi apresentada seja liminarmente rejeitada, até que se esclareça se esta taxa vai sair do bolso dos munícipes ou não.

Devido à complexidade da questão surgiu a proposta de a Assembleia ter sempre duas hipóteses, a de deliberar hoje, fazendo seguir a proposta, ou deliberando em contrário na seguinte reunião.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso acrescentou que, ao deliberar-se assim, a Assembleia deve sugerir à Câmara que imediatamente comunique a quem de direito que a Assembleia Municipal de Manteigas deliberou neste sentido mas que aquela taxa não é para ser suportada pelos munícipes, para não ficarem dúvidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Procede-se à votação na condição de, se não forem salvaguardados os interesses do município e da própria Câmara em detrimento da Portugal Telecom poderá na próxima reunião de Assembleia, em Junho, ser revogada esta deliberação. Posta à votação a proposta da Câmara sobre a Taxa Municipal de direitos de passagem devida pelas Empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, foi aprovada com um voto contra; 0 Abstenções e 17 a favor.

Foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados do P.S. que aprovaram o ponto 3.2. da ordem de trabalhos, só aprovaram a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, no pressuposto de que todos os membros desta assembleia municipal, se comprometeram a revogar esta deliberação, se da interpretação jurídica do Diploma que a instituiu, se concluir inequivocamente que a referida taxa não é suportada pelos municípios, e sim pelas entidades prestadoras do serviço, taxa essa que reverterão para autarquia.

DECLARAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

O grupo parlamentar vota a favor a proposta do ponto 3.2.

No entanto, deixa claro que não aceita de forma alguma qualquer agravamento do valor da facturação dos telefones se a taxa for a pagar pelos municípios.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso apresentou a seguinte declaração de voto contra:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sustento o meu voto contra reportando-me à minha intervenção sobre o ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos e no art.º 104 da Lei nº 5/2004 de 11 de Fevereiro.

Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão pediu a palavra para fazer várias considerações nomeadamente: a) porque é que no expediente respeitante à Assembleia Municipal é usado apenas um lado nas folhas e nunca o verso das mesmas é utilizado, e que numa legislatura, que corresponde a 20 Assembleias Municipais corresponde a um enorme desperdício de papel; b) retorquiu ao deputado Sr. João Leitão, de que a Associação desportiva de Manteigas não é a Associação número um, pelo facto, de que as duas bandas também devem ser consideradas ao mesmo nível, visto que, quando Manteigas é visitada por uma entidade oficial, são as bandas que abrilhantam esse evento. Enquanto que os jogadores da Associação Desportiva são remunerados, os músicos são globalmente amadores e que em termos de encargos financeiros as Bandas quando exercem a arte musical, em termos de fardamentos e instrumentos são cerca de vinte mil contos que utilizam; c) chamou atenção da situação periclitante da Fábrica da Sotave e da Fábrica das Águas, e que se estas duas entidades fabris, que possuem um peso enorme na realidade económica e social de Manteigas, se encerrassem, a Câmara Municipal, teria algum plano de emergência para contrariar as consequências; d) interpelou o Sr. Presidente da Câmara, sobre o processo da Constituição da Comunidade Urbana. O Sr. Presidente do Executivo, esclareceu todos os presentes da Assembleia, de que naquele mesmo dia, tinha ficado decidido numa reunião em Belmonte, que todos os concelhos aderentes, concordaram que a Sede da Junta da mesma Comunidade ficaria instalada em Manteigas, tendo este facto, sido aplaudido por alguns Deputados.

Foi referido pela Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira, que continuava preocupada com a actual situação vivida na Sotave por todos os trabalhadores, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desejava saber se o Executivo já tinha tomado qualquer atitude ou iniciativa para a resolução dos problemas vividos por todos aqueles que lá trabalham.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, censura o executivo municipal, isto porque deveria ter estado atento há cerca de 8 anos porque deveria ter criado alternativas às pessoas que se quisessem instalar em Manteigas com indústrias ter apoiado a criação de um parque industrial, deu o exemplo de uma empresa de limpeza de matas que se pretendia instalar em Manteigas mas que lhe foram levantados tantos obstáculos na Autarquia que ela desviou o investimento para um Concelho da Covilhã e que hoje é uma empresa bem sucedida. O que não houve por parte desta Autarquia foi uma antevisão futurista que eventualmente poderia acontecer.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para referir que “esta intervenção foi demagógica uma vez que cada um sabe as limitações e a realidade que se vive não só em Manteigas mas também nos Concelhos vizinhos”.

A Câmara Municipal tem acompanhado este processo e já foi referida a posição do Executivo em reunião de Câmara.

Pelo Grupo Parlamentar do PS foi apresentada a seguinte Moção sobre o 25 de Abril:

MOÇÃO

O 25 de Abril de 1974, é hoje uma data que todos recordamos com satisfação, uma data que definiu o fim de um ciclo histórico e o início de outro.

Se do primeiro ciclo alguns poucos insistem em recordar com amarga saudade, o mesmo não se poderá dizer da maioria dos portugueses, uma maioria de pessoas simples e sedentas de liberdade, de paz, progresso, desenvolvimento, educação, formação, de igualdade e justiça social, enfim, da igualdade de direito e respeito a que cada uma aspira.

Trinta anos passaram e muitas transformações aconteceram aos mais diversos níveis, desde o social, político, económico, educacional, etc., tendo havido medidas que permitiram alterar atitudes e mentalidades, na família, na escola, no emprego, na cultura, na sociedade em geral, de modo a fazer jus a uma Revolução que o fosse de todos e para todos.

Enquanto ao nível económico se assiste hoje a um distanciamento entre ricos e pobres, em que os primeiros se afastam cada vez mais dos segundos, mercê de uma globalização usada e não partilhada, o mesmo se pode dizer ao nível social e político.

A Democracia é também participação e igualdade. Igualdade ampla, sem restrições, sem aproveitamentos, sem se tirar partido da posição ou cargo para que se foi eleito, usando do poder inerente ao cargo para que voluntariamente nos propusemos e no qual fomos investidos.

A Democracia, tal como Roma e Pavia, não se faz num dia, mas já se sentem saudades de um amanhã livre e igual para todos”.

A moção foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
